



APRESENTAÇÃO

Este livro reúne parte da contribuição teórica e profissional que ao longo dos últimos anos pude desenvolver em conjunto com alguns colegas, a quem agradeço imensamente pela convivência e pelo comprometimento com a construção da política de defesa da concorrência no Brasil. Trata-se, em sua maioria, de artigos já publicados, mas que organizados em uma única obra e visualizados em conjunto talvez sinalizem alguma coesão e coerência.

Admito que boa parte dos artigos aqui presentes brotou de provocações suscitadas a partir de problemas práticos com que me deparei ao longo da minha atuação no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Digo isso não para desculpar-me pela possível ausência de rigor acadêmico na sua elaboração. Pelo contrário, se há algo que é não só recomendável, mas também factível no mundo da defesa da concorrência, é se aproximar dos fatos do mundo real e interpretá-los sem concessões a visões idílicas baseadas em um suposto “dever-ser” enraizado no campo dos princípios ou em um suposto positivismo de conveniência. Nesse sentido, resolver um problema concorrencial significa, na grande maioria das vezes, delimitar um problema teórico também. Por isso, o aprendizado nesse campo não tem fim.

Mas tem um começo, inescapável ao menos para mim. Ele consiste em tentar compreender o fenômeno do poder econômico, suas formas de manifestação privadas e, talvez tão importante quanto isso no caso brasileiro, seu enraizamento nas estruturas públicas. Trata-se de um enredo pouco acalentador e, no entanto, honrosamente desafiador. Tentei (re)construir parte dele nos dois primeiros textos do livro, de modo a tentar tornar menos rarefeita



a paisagem em que no horizonte se encontram os esforços para combater o abuso do poder econômico como algo que não se resume à atuação do órgão de defesa da concorrência – com suas medidas eventuais, reativas e residuais.

Esse pano de fundo assinala obviamente os limites dos instrumentos de intervenção do Estado na economia, entretanto essa não é a meu ver a faceta mais interessante decorrente de se visualizar o poder econômico como centro das preocupações. O mais instigante é realçar que raramente o antitruste está sozinho e, desse modo, avançar na política concorrencial significa deflagrar ações de contato, jogar luz sobre as contradições e convergências entre políticas afins, como a industrial e a regulatória, sem contar as questões relativas à cooperação internacional. O isolamento seria a receita do fracasso em um cenário em que não são raros os casos concorrenciais que exigem alguma reflexão mais ampla ou mesmo “fora da caixa”. Tentei explorar a dimensão substancial dessas interações nos outros textos do livro em um primeiro momento abordando temas de condutas anticompetitivas e, em seguida, lidando com questões institucionais que aparecem em casos concretos, às vezes de maneira sinuosa, mas não menos reveladora da necessidade de se encontrar o espaço da defesa da concorrência em um contexto recheado de regras regulatórias.

Já se vão mais de sete anos de reflexão cotidiana sobre as funções da política de defesa da concorrência na sociedade brasileira e sobre os padrões de evolução institucional que devem emergir para assegurar sua execução. Mesmo com meu envolvimento mais do que intenso com tudo que cerca esse tema no Brasil e, talvez até por isso, ainda falta muito para decantar e transformar em texto. Este livro é um início. Espero que gostem.

Brasília, maio de 2015.